

Filipe Melanchthon e sua importância para as igrejas da Reforma*

Klaus Engelhardt

Neste ano comemoramos o 500º aniversário do nascimento de Filipe Melanchthon. Muitas vezes ele fica à sombra de Lutero. A Reforma, entretanto, só foi possível pela atuação conjunta de Lutero e Melanchthon. Ela não foi um empreendimento de um homem só. Lutero chegou a dizer que a Reforma iria continuar sem ele, mas não sem Melanchthon.

Melanchthon era cristão e humanista. Foi o grande político de educação da Reforma: mostrou que é tarefa da Igreja “alfabetizar” as pessoas a partir do evangelho. Ele era, como veremos, um ecumenista de gabarito. Onde, pois, deveremos começar, se quisermos realçar sua importância? Vou fazê-lo nesta ocasião a partir do exemplo da Confissão de Augsburgo (CA), que Melanchthon redigiu em 1530. O que está em pauta aí não é dogmática abstrata, mas a questão de como as igrejas da Reforma podem obter, a partir do evangelho, uma força que se irradie para dentro de seu meio ambiente.

1. Confissões para quê?

A Confissão de Augsburgo é a confissão reformatória mais importante; foi ela que teve a mais ampla disseminação. Antes de abordar os conteúdos mais importantes, quero mostrar em três pontos, a partir da CA, por que confissões são imprescindíveis para nossas igrejas reformatórias.

1) As confissões são imprescindíveis porque *estão vinculadas ao tempo*, resguardando a Igreja de ser a guardiã de verdades atemporais. A vinculação ao tempo que é própria das confissões não relativiza seu poder compromissivo, mas o reforça. A vinculação ao tempo torna clara a intenção das confissões que transcende o instante de seu surgimento. Haveria muito a dizer sobre a história que precedeu a Dieta de Augsburgo de 1530. Os evangélicos foram identificados com líderes revolucionários, com os entusiastas, com os camponeses insurretos, com os anabatistas. Nesta situação, a CA, lida no dia 25 de junho de 1530 perante o imperador e os representantes do Império, tinha a intenção de buscar reconhecimento público para a doutrina reformatória. Isto é importante para a Igreja não só

com vistas a suas relações com o mundo exterior, mas sobretudo também para sua autocompreensão. A Igreja não pode se dar por satisfeita em existir num nicho religioso; ela precisa buscar a dimensão pública. Assim, a intenção vinculada a seu tempo da CA evidencia o compromisso, válido até hoje, de ser *Igreja pública*.

2) As confissões são imprescindíveis para nossa Igreja porque continuamos dependendo de *convicções básicas* em questões de fé *pelas quais respondemos em conjunto*. A fé cristã não pode abrir mão de prestar contas da fé de maneira refletida. Isso exige o esforço do raciocínio e da reflexão. As confissões preservam a Igreja da irrelevância ou insignificância intelectual. O dano interior de nossa Igreja na Alemanha não consiste primordialmente em que tivéssemos cristianismo intelectual em demasia. O que ocorre é o contrário. Tornamo-nos em grande parte uma Igreja insignificante. Sem um conhecimento teológico elementar as pessoas se alheiam do cristianismo. Os 40 anos de existência da República Democrática Alemã demonstraram isso.

Melanchthon era um homem piedoso e costumava orar muito. De nenhum outro reformador nos foram transmitidas tantas orações quanto dele. Sua piedade, porém, não se descolava de uma teologia pensada com rigor — coisas estas que gostamos de contrapor com freqüência. Melanchthon foi também o primeiro teólogo dogmático entre os reformadores. Lutero escreveu uma infinidade de textos. Trata-se de escritos importantes, porém todos eles são escritos ocasionais, assumindo posição sobre esta ou aquela questão por dado motivo. Lutero não redigiu uma dogmática nos moldes de um esboço ou projeto teológico sistemático. Foi exatamente isto que Melanchthon fez em seus *Loci communes*.

Precisamos de conhecimento teológico elementar para fazer frente ao mercado de ofertas de sentido religioso e cosmovisivo, à difusão e ignorância em questões de fé, ambas amplamente disseminadas.

3) As confissões são imprescindíveis para a Igreja porque a remetem para além de si mesma. Ao confessarmos nossa fé, sabemos *que a Igreja é mais do que a própria confissão ou denominação*. Na CA Melanchthon se reporta, já no Artigo 1, ao Concílio de Nicéia, à Igreja antiga. A referência à continuidade com a tradição da Igreja antiga não é um tradicionalismo retrógrado, e sim uma ampliação do horizonte, transcendendo o patrimônio religioso momentâneo. A Igreja vai além da torre do próprio templo.

Na CA isso se expressa sobretudo no Prefácio. Os signatários da Confissão exortam insistentemente o imperador a empenhar-se “no sentido de que o romano pontífice consentisse, o quanto antes possível, em congregar tal concílio [sc. geral] (...)” A exigência de um concílio geral abrangente surge repetidamente em tempos de transição ou virada, quando as igrejas percebem como estão na dependência do horizonte cristão mais amplo. Quando as confissões expressam a identidade de uma Igreja confessional, então ela é — preciso dizê-lo de modo dialético — a identidade que não permanece idêntica a si mesma. O ser dependente da

unidade maior da Igreja faz parte do próprio ser Igreja. Por isso, p. ex., Lutero, no terceiro artigo do Credo Apostólico, na passagem em que se fala da Igreja e da comunhão dos santos, não falou de “minha Igreja”, mas de “toda a cristandade na terra”.

As confissões preservam a Igreja da auto-suficiência confessional e do provincianismo eclesiológico. Elas destacam a necessidade de ser *Igreja ecumênica*.

2. O que é enunciado na CA?

Vimos que a CA buscava, para o movimento reformatório de renovação, o reconhecimento jurídico do Império e os elementos comuns com a Igreja Católica. Ela apela para o concílio geral e quer manter em andamento a discussão teológica até a realização definitiva de um concílio e influenciá-la de tal modo que os princípios por ela enunciados obtenham um crescente reconhecimento geral. Simplesmente não é possível deixar de perceber que a CA tinha um acentuado direcionamento ecumênico. Ela busca a “catolicidade” da Igreja ou — para dizê-lo com um conceito moderno já quase gasto — a “solidariedade cristã”, portanto a consciência da existência de elementos comuns que, apesar de tudo, havia entre os que lutavam pela verdade em Augsburg. A CA tem o mérito de ter abordado as convicções cristãs básicas comuns. Isso é reconhecido hoje em grau crescente também por parte dos católicos romanos. A CA não queria proclamar uma doutrina nova, mas atestar publicamente: o que se ensina nas igrejas dos estamentos imperiais e príncipes evangélicos está de acordo com a Escritura e a tradição cristã; abusos estão sendo eliminados. Assim, a CA está dividida em duas partes desiguais: os artigos 1 a 21 abrangem as doutrinas principais que precisam e podem ser reconhecidas como patrimônio cristão comum; os artigos 22 a 28 contêm afirmações sobre os abusos eliminados (afirmações sobre o matrimônio de sacerdotes, a missa, a confissão, cerimônias eclesiásticas, votos monásticos, poder dos bispos). Vou me concentrar na primeira parte para expor a teologia do protestantismo que foi desdobrada por Melanchthon. Farei isso não repassando artigo por artigo, e sim me concentrando em três impulsos básicos.

2.1. Realidade de Deus

No Artigo 1 a CA começa de maneira muito íngreme. Seu título é *De deo*. Trata-se de um prelúdio trinitário. Isso nos parece difícil hoje. Nós preferimos começar com a constituição do ser humano, com seu contexto social, com sua situação. Inicialmente a CA não fala disso. Fala-se de Deus, e unicamente dele, do Deus eterno, aparentemente afastado de toda realidade terrena: “Deus Pai, Deus Filho, Deus Espírito Santo, todos três uma única essência divina, eterna, indivisa, infinita, de incomensurável poder, sabedoria e bondade”, existindo desde

a eternidade e aparentemente bastando-se a si mesmos no intercâmbio trinitário. Retoma-se o Concílio de Nicéia. Temos de nos imaginar a situação reinante naquele ano de 325, que havia sido precedido por duras perseguições. Agora o imperador convocara um concílio. Os bispos, até há pouco encarcerados e torturados, quase não ousavam voltar a expor-se ao público. O Concílio de Nicéia e as resoluções lá tomadas aconteceram na euforia de poder voltar a comunicar-se e ser ouvido publicamente. Nós nascemos para o diálogo mútuo! Agora isso podia ser vivenciado de novo e deu um enorme impulso às comunidades. A virada para o bem foi vivenciada de maneira tão incisiva que se viu nela não apenas o favor do imperador, mas um milagre de Deus. Experimentou-se Deus: como ele quer ser conhecido desde a eternidade em sua essência intrínseca: não como um Deus solitário, existindo para si, mas, desde a eternidade, no *vis-à-vis* e na relação das três pessoas Deus Pai, Deus Filho, Deus Espírito Santo. A doutrina da trindade, que nos parece tão estranha e especulativa, tem um profundo teor de realidade ao fundamentar a estrutura dialógica da realidade a partir de Deus.

Igualmente importante é que no início da CA, no Artigo 3, se fale “Do filho de Deus”. Também aqui se recorda mais uma vez a doutrina da Igreja antiga acerca das duas naturezas, a divina e a humana, na pessoa una de Jesus Cristo: ele, verdadeiro Deus e verdadeiro ser humano. A fé evangélica é fé em Cristo, e não apenas fé em Jesus! O que quer dizer isso? O significado de Jesus de Nazaré para nós não se esgota no fato de ele ter sido um ser humano exemplar, um defensor dos pobres, um pregador do amor. Se se acentua unicamente este lado, a Igreja torna-se pregadora de moral. Então a imagem do ser humano se caracteriza por uma crença otimista no progresso ou por um fatalismo pessimista. Então o Espírito de Deus é levemente politizado, e em todo caso é instrumentalizado. Estes são perigos que rondam o moderno ser-Igreja, em particular do lado protestante. Eles ameaçaram o movimento reformatório desde o início. Daí o inequívoco destaque dado a Jesus, o Cristo, verdadeiro ser humano e verdadeiro Deus. Mas o que significa isso? Nos *Loci communes* encontra-se a seguinte importante afirmação: “Conhecer a Cristo significa conhecer seus benefícios.” Importa a Melanchthon compreender em que Jesus Cristo, o Salvador, é o benfeitor divino por excelência. Ele é mais do que um modelo, que, afinal, só deixa atrás de si seres humanos quebrantados que ficam aquém do modelo. Por isso a fé moralizante em Jesus não é suficiente para Melanchthon. O fato de ele ser “verdadeiro ser humano e verdadeiro Deus” constitui o segredo de seu significado para nós.

O acesso à CA é íngreme. Ela começa falando de Deus e de Jesus Cristo. Mas o que enuncia acerca do ser humano?

2.2. Liberdade cristã

A visão que a CA tem do ser humano é realista. O Artigo 2 trata “Do pecado original”. Aí se diz que todos os seres humanos “desde o ventre materno

(...) estão plenos de concupiscência e inclinação más, e por natureza não podem ter verdadeiro temor de Deus e verdadeira fé em Deus.” Será que esse discurso sobre a pecaminosidade do ser humano não está ultrapassado e é inoportuno? Será que com isso a Igreja não quer só incutir uma má consciência nas pessoas, para, a partir desse fundo sombrio, fazer sua proposta com maior vigor ainda? O discurso acerca do pecado original, que nos parece tão estranho, tem justamente hoje um profundo teor de realidade. Ele expressa que o pecado é mais do que a má ação praticada deliberadamente. Vivemos — quer queiramos, quer não — numa realidade marcada pelo desencontro, fracasso e delito. Somos constantemente arrastados para dentro da estrutura fatídica da existência. Gostaria de mencionar dois fenômenos de nossa vida cotidiana para deixar claro que, ao refletir sobre o pecado e a culpa, não se deve pensar apenas em más ações avulsas — que na Igreja durante muito tempo tinham seu ápice sobretudo nos delitos sexuais —, mas numa situação básica da qual não nos livramos nem mesmo tendo uma prática de vida correta:

* Pecado é o medo de ficar para trás, de sair perdendo. Isto se aplica a muitas áreas da vida em suas pequenas e grandes dimensões. Pensem uma vez, em atitude de observação, em quantas situações bem cotidianas da vida esse medo de ficar para trás, de sair perdendo se faz presente entre vocês. Mas esse medo também aparece em guerras e guerras civis, em casos de xenofobia ou na luta pelos mercados.

* Pecado é aquela atitude com a qual sobrecarregamos ou exigimos demais de nós mesmos e da natureza. Queremos tirar ou arrancar de nós mesmos e da natureza mais do que ambos podem dar. Isso tornou-se um traço básico de nosso tempo: o sentimento de nos encontrarmos num terreno em declive acentuado. O pecado nos mostra o legalismo de nossa existência, um estar permanentemente sobrecarregado ou exigido em demasia. A fé cristã diz que, a partir de nós mesmos, não temos nem conseguimos chão debaixo dos pés. Nossa situação de vida é mais dramática do que em geral estamos cientes. É a isso que se refere o discurso acerca do pecado original.

Face aos grandes problemas mundiais coloca-se a pergunta: pode a humanidade sobreviver de outra maneira que não seja por meio de um esforço moral extremo e último? Com isso um fardo enorme pesa sobre nossos ombros. Encontramo-nos sob a enorme lei moral que nos obriga a ser o que não podemos ser: o Atlas que, a exemplo daquela figura da saga grega, tem de carregar o fardo do mundo inteiro sobre seus ombros. A sobrecarga de moralização de todas as pequenas e grandes realidades da vida nos tira a liberdade. Lutero vivenciou isso em sua existência de monge. A libertação reformatória que obteve na Bíblia, sobretudo na Epístola aos Romanos, está expressa nas seguintes palavras suas: “Agora eu me sentia inteiramente renascido: as portas se abriram para mim e eu havia entrado no próprio paraíso.” Ele vivencia a *fé como auto-esquecimento*, não como auto-entorpecimento, não como existência sem saída diante de exigências que não podem ser cumpridas; não como fuga da reflexão e responsabilidade. A

fé diz: você não precisa ficar sentindo constantemente seu próprio pulso. É isso o que significa a doutrina da justificação, que tornou-se o enunciado central da CA. Segundo a compreensão reformatória, com esse Artigo 4 “Da justificação” a Igreja permanece de pé ou soçobra. O que parece estar formulado de modo tão erudito no Artigo 4 foi certa vez expresso insuperavelmente por Lutero da seguinte maneira:

Até agora, por causa de maldade e fraqueza inatas, foi-me impossível corresponder às exigências de Deus. Se eu não puder crer que, por causa de Cristo, Deus me perdoa esse fracasso lastimado diariamente, estarei acabado. Vou ter de ficar desesperado. Mas não vou fazer isso. Não vou me enforçar numa árvore, como fez Judas. Vou me pendurar no pescoço ou no pé de Cristo, como fez a pecadora, mesmo sendo pior do que ela. Vou me agarrar a meu Senhor. Então ele dirá ao Pai: Este penduricalho aqui também precisa passar junto. É verdade que ele não cumpriu nada e transgrediu todos os teus mandamentos, Pai; porém ele simplesmente se agarra em mim. Mas, afinal? Eu morri por ele. Deixa que ele passe! Esta será minha fé.

O esforço em prol da justiça própria a partir dos próprios pressupostos de vida nunca alcança a meta e sempre fica muito aquém daquilo que deveria ser a justiça válida diante de Deus. A partir de Deus nos é prometida e concedida uma justiça “alheia”. Este é o mistério da justificação.

Durante a última assembléia geral da Federação Luterana Mundial em Hong Kong havia um importante documento em pauta: um acordo com o Vaticano sobre a doutrina da justificação. Durante séculos ela manteve as igrejas divididas. Será que agora se encontrou um caminho para compreender conjuntamente a ação salvífica da justificação como fundamento da fé e do verdadeiro ser-Igreja? Isso representaria um passo vigoroso na aproximação das igrejas. Com vistas à unidade da Igreja a ser obtida, esse passo não pode ser superestimado em sua importância.

2.3. Igreja como mediadora da salvação

Fé significa ser tomado por Jesus Cristo, que me abre o reino de Deus, me leva de volta à comunidade, a meu lar, me tira da solidão em meio à comunhão dos crentes, me faz reviver e faz de mim um novo ser humano. Para agarrar essa fé, preciso da Igreja. O Artigo 5 reza: “Para conseguirmos essa fé, instituiu Deus o ofício da pregação, dando-nos o evangelho e os sacramentos, pelos quais, como por meios, dá o Espírito Santo (...)” Este Artigo 5 é extremamente importante. É que nele se fala de “instituição”: *institutum est ministerium docendi evangelii*. O termo “instituição” não soa bem entre nós. Fé, sim; Deus, sim; Jesus, sim — mas a instituição Igreja, não! É o que pensam muitos de nossos contemporâneos. Eles vivem a partir da própria comoção religiosa e, ao fazê-lo, não percebem como esta falha e sucumbe constantemente, e ficam presos a si mesmos. A base da descoberta reformatória consiste em que é preciso que me seja prometido ou anunciado

“a partir de fora”, *extra me*, justamente o que eu mesmo não posso me dizer assim. A própria interioridade atinge um limite. Dietrich Bonhoeffer destacou isso com toda a clareza em seu importante escrito intitulado *Vida em comunhão*: “É mais fraco o Cristo dentro do próprio coração do que o Cristo na palavra do irmão (...). Com isso se evidencia ao mesmo tempo o objetivo de toda comunhão entre cristãos: encontram-se eles como portadores da mensagem salvífica.”

Esta é uma afirmação elementar. O evangelho “não é outra coisa senão (...) um grito a respeito da graça e misericórdia de Deus (...) a rigor, ele não é aquilo que consta em livros e é formulado em letras, mas, antes, uma pregação oral, palavra viva e uma voz que ressoa no mundo inteiro, sendo gritada publicamente para ser ouvida em toda parte” (Lutero). No evangelho, nesse grito de alegria, a fé cristã e a teologia cristã têm sua origem. A teologia cristã destrói a si mesma se não fala, em primeiro e em último lugar, desse bem, mas, ao invés, procura partir de experiências do negativo. Permanecemos, portanto, na dependência da institucionalidade da Igreja e do ministério da pregação, que constantemente nos abordam “a partir de fora”, para que não soçobremos em nossa própria disposição de ânimo.

Igreja é a convivência de pessoas diferentes. Como instituição a Igreja é um conjunto variegado de pessoas. Ela tolera pessoas dissidentes, não despreza as que duvidam, espera pelas distanciadas e ouve com interesse o que dizem. Igreja — isto são pessoas reunidas num lugar público que, como que encantadas, olham todas numa mesma direção, porque lá se desenrola algo que prende todo o seu interesse. Nenhuma está ocupada consigo mesma, nenhuma tem tempo de inspecionar criticamente a outra. E os passantes são levados, pela admiração interessada das muitas pessoas, a voltar, como que por si, o olhar para o lugar onde os raios dos olhares de todos se encontram.

Se vivermos como Igreja dessa maneira, podemos — tanto na América Latina quanto na Europa — conseguir força de irradiação missionária, de modo que por causa disso as pessoas comecem a prestar atenção. A grande importância de Melancthon consiste, portanto, em nos iniciar numa vinculação reflexiva à confissão, para que cada um/a de nós, ao ouvir o grito de alegria do evangelho que vem de fora e não do próprio interior, possa reviver. Dependemos mais do que nunca disso, porque este é o impulso que pode ajudar os contemporâneos a ter acesso a uma vida mais digna.

Nota

* Palestra proferida na Escola Superior de Teologia (EST) da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), em São Leopoldo (RS), em 26-08-1997.

(Tradução: Luís M. Sander)